



J. Freitas

Heráclito (dir., ao lado de Florian Madruga) visita a Gráfica do Senado

Nova livraria oferece publicações técnicas

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, inaugurou ontem a Livraria do Senado, que funcionará como posto avançado da Secretaria

de Edições Técnicas. A nova livraria fica no Anexo II, entre a ala dos gabinetes dos senadores e o fim do Túnel do Tempo. **8**

Pequenos municípios podem receber mais FPM

Proposta deve ser examinada na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos. **2**

Eficiência energética deve constar de produto

Obrigatoriedade está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, que se reúne hoje. **2**



Gerardo Magela

Adelmir teme que pressões derrubem proposta aprovada pelo Senado

Cartões fazem lobby contra mudança em lei, afirma Adelmir

Senador observa que diferenciação entre preço à vista e no crédito beneficia consumidor. **8**



Gerardo Magela

Couto alerta para necessidade de se negociar solução para aumento

Couto pede solução para reajuste de aposentadorias

Projetos foram aprovados pelo Senado e estão em tramitação na Câmara, diz senador. **8**

Sarney descarta renúncia. Senado discute crise

O presidente do Senado, José Sarney, afastou ontem qualquer possibilidade de renunciar ao cargo e presidiu a sessão que marcou a retomada dos trabalhos na Casa após o recesso parlamentar. No Plenário, Pedro Simon, com apoio de Jarbas Vasconcelos e Cristovam Buarque, voltou a pedir a renúncia de Sarney. Renan Calheiros, Fernando Collor, Wellington Salgado e Papaléo Paes defenderam o presidente do Senado. **3 a 5**



Gerardo Magela

Sarney (dir., ao lado de Papaléo e Mão Santa) preside sessão que marca a retomada dos trabalhos no segundo semestre



Gerardo Magela

Em discurso de quase duas horas, Simon afirma que o Senado está conflagrado e pede saída de Sarney da Presidência



Gerardo Magela

Collor (ao microfone, observado por Expedito Júnior e Renan Calheiros) faz, no Plenário, a defesa de Sarney

Substitutivo que será apreciado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos promove transferência de recursos dos municípios maiores em favor dos de menor população

Alteração no FPM deve ampliar repasse a pequenos municípios

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje, a partir das 10h projeto de lei que promove alterações profundas nos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para as cidades do interior.

Relator da proposta (PLS 636/07 – Complementar) que dispõe sobre o chamado FPM-Interior, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou substitutivo eliminando os atuais “degraus” na sistemática de distribuição dos recursos, associados a 18 faixas populacionais.

Ele optou por fórmula que gera acréscimos progressivos nos valores, ao mesmo tempo em que promove transferência de recursos dos municípios maiores em favor das menores.

Pelo texto original, do senador Expedito Júnior (PR-RO), também haveria um reforço do viés favorável aos municípios menores já existente na



Valadares: substitutivo sobre FPM-Interior

atual legislação. O projeto, no entanto, mantém os 18 degraus que, como assinala o relator, são causa de “muitos transtornos”. Valadares destaca os protestos frequentes das prefeituras, pois a perda de poucos ou mesmo um único habitante, nas revisões anuais do tamanho da população, pode determinar queda para um degrau abaixo, com perda expressiva no volume de recursos recebidos como cota-parte do FPM.

Atualmente, o cálculo da cota é feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na aplicação de co-

eficiente fixado a partir do número de habitantes fornecido pelo IBGE – estimativas anuais orientadas pelos dados dos censos gerais. A nova fórmula de cálculo foi concebida pelo próprio instituto, em estudo de 2001, realizado

a pedido de grupo de trabalho constituído pela Câmara dos Deputados que reavaliava os critérios de repartição.

Perdas e ganhos

A função matemática que resulta em valores aumentados progressivamente seria aplicada apenas aos municípios com população entre 5.917 e 241.516 habitantes. Aos municípios com menos de 5.917 habitantes seria atribuído o coeficiente 0,6, enquanto os com mais de 241.516 habitantes receberiam o coeficiente 4. Na faixa suscetível à fun-

ção contínua, a pedido de Valadares, o impacto da fórmula foi simulado pela Consultoria Legislativa do Senado. Como base, utilizou-se a alocação dos R\$ 36,65 bilhões destinados ao FPM-Interior pela Lei Orçamentária da União para 2008. Ao todo, 2.162 municípios sofreriam alguma perda e 3.374 teriam algum ganho.

A maior transferência diminuiria de R\$ 25,66 milhões para R\$ 24 milhões, com decréscimo de 6,5%. A menor aumentaria de R\$ 1,64 milhões, para R\$ 3,6 milhões, com variação a maior de 119,7%. Em termos relativos, o município mais prejudicado seria Cabo de Santo Agostinho (PE), com 163.139 habitantes, que teria queda de 22,6% no montante recebido. O mais beneficiado seria Pacaraima (RR), com 8.640 habitantes e elevação de 156,8% na cota-parte. O FPM-Interior concentra 86,4% do total dos recursos transferidos aos municípios pelo fundo.

Dados sobre o consumo energético de aparelhos

A informação ao consumidor sobre a eficiência e o consumo energético de produtos e serviços poderá passar a ser obrigatória. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), será votado hoje na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne às 9h30.

A regulamentação da norma ficará a cargo do Executivo, conforme emenda da Comissão de Ciência, Tecnologia (CCT), acatada e aperfeiçoada pela relatora na CMA, senadora Fátima Cleide (PT-RO).

A proposta altera o Código de Defesa do Consumidor para incluir requisitos formais e de conteúdo de eficiência e consumo energético, em dispositivo que trata da oferta e apresentação de produtos e serviços e de suas características e composição, entre outros aspectos.

Inadimplência

Outra proposta em exame na CMA, e que também altera o Código de Defesa do Consumidor, pretende evitar que o consumidor inadimplente, ao ser cobrado por seus débitos, seja obrigado a



Projeto de Renato Casagrande será examinado pela CMA

pagar importância não prevista em contrato. A proposta original (PLC 75/09), do deputado Celso Russomano (PP-SP), foi aperfeiçoada pelo relator, Jefferson Praia (PDT-AM), com três emendas.

O senador acrescentou, entre outras medidas, a cobrança de correção monetária e de juros remuneratórios, não podendo superar o limite de 1% ao mês, calculados de forma simples e sob o critério de *pro rata tempore*, considerando-se indevida a cobrança de juros sobre juros. Estabeleceu ainda a possibilidade de remuneração por despesas com a cobrança, descontado o valor da multa de mora. Prevê ainda honorários advocatícios, se a cobrança for procedida por advogado, até 10% do valor devido.

Crerios socioambientais para biocombustíveis

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisa nesta quinta-feira projeto de lei determinando que a produção de biocombustíveis seguirá critérios socioambientais, como a não utilização de trabalho infantil ou análogo ao de escravo, e que evite o desmatamento de florestas ou vegetação nativa.

Segundo o autor da proposta (PLS 213/09), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apesar de o Brasil deter uma das mais avançadas tecnologias para a produção de biocombustíveis do mundo, essa atividade tem sido alvo de críticas, “muitas vezes destituídas de fundamento”.

Também está na pauta da CI proposta (PLS 186/09) que autoriza os militares da Aeronáutica cedidos à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) até 21 de março de 2011 a permanecerem mais tempo à disposição da agência.

A CI também analisará duas propostas de isenção de impostos. A primeira (PLS 237/08), de iniciativa da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), isenta os defensivos e fertilizantes agrícolas, bem como suas matérias primas, do Adicional de Frete para



Valdir Raupp: preservação de floresta e vegetação nativa

Renovação da Marinha Mercante. O outro projeto (PLS 597/07) acaba com a cobrança da Cide sobre o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia elétrica.

Água

Incentivar a economia do consumo de água é o objetivo de projeto (PLS 504/07) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A comissão também poderá apreciar proposta (PLS 37/09) que prevê a dedução, no Imposto de Renda, das despesas relativas a pagamento de pedágio em rodovias federais, até o limite de 80% do valor do IPVA do veículo, pago pelo próprio contribuinte.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário tem cinco PECs

A sessão deliberativa tem início às 14h. Na pauta, cinco propostas de emenda à Constituição. Entre elas, a PEC 7/08, que estabelece que os objetivos da ordem social – de bem-estar e justiça social – serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social a serem instituídos em lei complementar.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside, às 9h, a sessão solene do Congresso Nacional para comemorar o décimo aniversário de criação do Ministério da Defesa. Às 16h, dirige a ordem do dia no Plenário do Senado.

CRA analisa parâmetros de produtividade

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa, às 9h30, projeto que altera legislação sobre parâmetros, índices e indicadores de produtividade. Logo após, debate o PLS 325/06 – que trata do Estatuto do Produtor Rural – com o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Leônício de Souza Filho; o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Denis Rosenfeld; e o professor da PUC-MG Fernando Humberto dos Santos.

Embraer na agenda da CAE

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública para debater a crise por que tem passado a Embraer. Foram convidados os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e da Defesa, Nelson Jobim; e os presidentes da Embraer, Frederico Fleury Curado, e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Vivaldo Moreira Araújo. Antes do debate, a comissão analisa pauta com seis itens, entre eles, proposta que autoriza o governo a criar o Fundo de Apoio à Cultura do Caju.

CE discute execução do Hino Nacional nas escolas

Entre os projetos a serem votados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), está o que obriga a execução semanal do Hino Nacional nas escolas do ensino fundamental. Outra proposta, a ser analisada em decisão terminativa, institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica. A reunião é às 11h.

CPI da Pedofilia assina acordo com cartões

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia se reúne às 14h, no auditório do Interlegis, para a assinatura do Termo de Acordo de Cooperação com os Representantes das Operadoras de Cartões de Crédito.

Advertência em rótulos de alimentos

Em reunião marcada para as 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne para votar pedidos de realização de debates sobre projeto que determina que os rótulos de embalagens de alimentos identifiquem percentual da composição nutricional por meio de uma escala de cores; sobre denúncias de importação pelo Brasil de contêineres de lixo de países europeus; e sobre denúncia de que o país perdeu o controle sobre a participação de transgênicos na cadeia produtiva dos alimentos. A pauta inclui ainda votação de projeto que determina que os rótulos de refrigerantes, xaropes, preparados sólidos ou líquidos para refresco ou refrigerante e de sucos com adição de açúcar especifiquem o teor calórico e tragam advertência sobre os riscos do consumo abusivo, que pode causar obesidade infantil, diabetes, pressão alta e cardiopatias.

Presidente da Casa divulgou nota à imprensa em que refuta qualquer vinculação com a ação movida por seu filho contra o jornal *O Estado de S. Paulo*

Sarney descarta renúncia à Presidência do Senado

O SENADOR JOSÉ Sarney (PMDB-AP) afastou ontem a possibilidade de renunciar à Presidência do Senado. Aos repórteres, Sarney disse que "renúncia não existe".

Os jornalistas perguntaram ainda se o presidente estaria se preparando para enfrentar a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, agendada para amanhã. Sarney respondeu com outra pergunta: "Enfrentar o quê"? Também em resposta aos jornalistas sobre como anda seu espírito, José Sarney afirmou que "o espírito está bom".

Nota

O presidente do Senado divulgou nota à imprensa em que assegura não ter nenhuma responsabilidade em ação imputada por seu filho, o empresário Fernando Sarney, contra o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Liminar do desembargador do Distrito Federal Dácio Vieira proibiu o jornal de divulgar informações sobre processo que investiga atividades do filho do senador e que corre em segredo de Justiça.

Sarney afirma que o filho "tem sido vítima de cruel e violenta campanha infamante por parte de *O Estado de S. Paulo*". Saliante, no entanto, não ter sido consultado sobre a ação, de exclusiva responsabilidade de Fernando Sarney e de seus advogados. "É uma distorção de má-fé querer me responsabilizar pelo fato", frisa na nota.

No texto, o senador reitera posição de respeito à liberdade de imprensa. "Todo o Brasil é testemunha de minha tolerância e minha posição a respeito da liberdade de imprensa, nunca tendo processado jornalista algum", finaliza o comunicado.



Sarney disse que sua biografia demonstra seu respeito à liberdade de imprensa, "nunca tendo processado jornalista algum"

Normas vão orientar cancelamento de atos secretos Conselho de Ética decidirá amanhã se aceita investigações

A Diretoria-Geral do Senado publica hoje duas normas do presidente da Casa, José Sarney, para orientar a anulação dos atos administrativos que foram editados e não publicados no devido tempo, nos últimos 14 anos, descumprindo o princípio constitucional da publicidade. A informação é do diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, que entregou a Sarney, na sexta-feira, um relatório preliminar sobre o cancelamento dos chamados atos secretos.

O relatório informa que 80 servidores nomeados por atos com falhas de divulgação são passíveis de demissão. Na reunião com Tajra, Sarney decidiu que esses servidores responderão a processos administrativos, com o direito de defesa assegurado pela Constituição. De acordo



Haroldo Tajra diz que são passíveis de demissão 80 servidores da Casa

com o diretor-geral, os 80 funcionários ainda estão no exercício do cargo. Ele também disse que, se novas situações forem

descobertas, novos processos administrativos serão abertos.

Sarney decidiu ainda que 152 atos serão tratados como exceção, após avaliação de que respeitaram o princípio da publicidade, tendo sido divulgados via *Diário do Senado* ou boletim regulamentar, disse Tajra.

O presidente do Senado também decidiu tornar exceção outros 45 atos da Comissão Diretora, uma vez que, hierarquicamente, ele não pode, de forma monocrática, anular decisões tomadas por esse colegiado. Entre esses 45 atos estão medidas que mudam a estrutura de órgãos do Senado, assim como um de recadastramento de servidores. Portanto, das 663 decisões apontadas por não cumprir o princípio da publicidade, 197 foram excepcionadas.

Conselho de Ética decidirá amanhã se aceita investigações

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Paulo Duque (PMDB-RJ), convocou para amanhã, às 15h, reunião do colegiado na qual deverá se pronunciar sobre aceitar ou não representações e denúncias contra o presidente da Casa, José Sarney. Na mesma reunião, deverá ser eleito o vice-presidente do conselho.

Dois representações do PSOL e três denúncias do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) foram apresentadas no dia 15 de julho, dois dias antes do início do recesso. Pelo regimento, o presidente do conselho tem cinco dias úteis para manifestar se aceita ou não as denúncias e representações – não são contados os dias de recesso.

Durante o recesso, o PSOL protocolou uma terceira representação e o PSDB apresentou três. Além disso, Virgílio protocolou outras três denúncias para que seja investigado o presidente do Senado, duas delas assinadas com Cristovam Buarque (PDT-DF).

As ações protocoladas antes do recesso pedem investigações e questionam Sarney por conta de atos administrativos secretos, denúncias de desvio de verbas da Fundação José Sarney, empréstimos consignados concedidos a servidores do Senado com a interveniência de uma empresa do neto do presiden-



Paulo Duque deve se manifestar sobre representações e denúncias

te da Casa e a declarações de Sarney em Plenário sobre sua participação na fundação.

Nas representações propostas durante o recesso, o PSDB pede em linhas gerais as mesmas providências que Virgílio havia solicitado nas denúncias protocoladas no dia 15 de julho.

Já a terceira representação do PSOL solicita que sejam investigadas denúncias de que a Fundação José Sarney seria responsável pelo desvio de cerca de R\$ 500 mil recebidos da Petrobras a título de patrocínio cultura. Pede ainda a abertura de investigações sobre a notícia de que Sarney não teria declarado à Justiça Eleitoral uma casa onde mora em Brasília.

Heráclito diz que atuará com "transparência total"

Depois de participar da inauguração de livraria no Senado, o 1º Secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou que pautará sua atuação pela transparência total dos trabalhos da secretaria, acabando com os chamados atos secretos ou quaisquer tentativas de proibir acesso de funcionários ou da imprensa às atividades do Parlamento.

– Quem conhece minha biografia sabe que não convivo com sombras, nem aceito a

existência de caixas-pretas em relação às minhas atividades parlamentares. Posso garantir que não haverá atos secretos durante minha administração. Os que já existem serão objeto de análise, caso a caso, para a tomada das providências cabíveis, sem açodamento, mas sem procrastinação – afirmou.

Heráclito disse haver situações administrativas ainda não esclarecidas e citou o caso de titulares de cargos em comissão nos gabinetes dos senadores.

Ele informou não saber, ainda, se é ou não automática a demissão desses servidores ao final do mandato do senador. Afirmou também haver vários casos semelhantes aguardando parecer jurídico.

Questionado pelos jornalistas sobre a situação política do presidente do Senado, José Sarney, Heráclito destacou preferir não comentar o assunto, ressaltando que seu papel, como 1º secretário, diz respeito a temas administrativos da Casa.



Virgílio: reclamação no CNJ contra desembargador do Distrito Federal

Virgílio propõe voto de desagravo ao jornal *O Estado de S. Paulo*

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs ontem voto de desagravo ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Ele explicou que a motivação do requerimento foi "a censura imposta em pleno Estado democrático de direito" ao jornal, em decisão do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, devido a mandado imputado pelo empresário

Fernando Sarney.

Para Arthur Virgílio, a decisão é uma "tentativa de impedir a imprensa de continuar divulgando matérias sobre a chamada Operação Boi Barrica, da Polícia Federal".

– É uma tentativa de amordaçamento da imprensa brasileira em pleno Estado democrático de direito. Isso acontecia no tempo da ditadura. É inacei-

tável que se repita o fato na democracia – sustentou.

Virgílio observou que o desembargador Dácio Vieira "era consultor jurídico da Gráfica do Senado quando se deu a efetivação irregular e inconstitucional de 82 estagiários". O senador disse que mandou protocolar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reclamação contra o magistrado.

Nadador

Virgílio também apresentou voto de aplauso ao nadador brasileiro César Cielo pela conquista, no último fim de semana, de duas medalhas de ouro no Mundial de Esportes Aquáticos, realizado em Roma.

– O nadador mais rápido do mundo – comemorou o senador.

Para o parlamentar gaúcho, apoiado por vários senadores, gesto de José Sarney seria "um grande ato, que se somaria a sua biografia". Já Renan, acompanhado de outros senadores, defendeu a permanência de Sarney na Presidência da Casa. Segundo Collor, a mídia acha que pode mandar no Senado

Pedro Simon volta a defender renúncia

EM QUASE DUAS horas de discurso – que recebeu dez apertes –, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a pedir que o presidente do Senado, José Sarney, renuncie ao cargo pelo bem da instituição, para que a Casa possa sofrer as mudanças necessárias ao seu aperfeiçoamento. Para Simon, "o Senado está conflagrado". Mesmo reconhecendo a importância histórica de Sarney como ex-presidente da República e como senador, Simon disse não haver mais condições para a permanência dele no cargo. Sarney, afirmou, não conseguiria conduzir as mudanças de que a Casa estaria precisando.

– Uma brilhante trajetória, não tem outra igual. Mas o presidente Sarney deveria entender que a renúncia dele à Presidência seria um grande ato. Se o presidente Sarney houver por bem renunciar à Presidência, tendo em vista a situação em que se encontra o Senado, seria um grande gesto, que somará na sua biografia – disse Simon, acrescentando que "o ambiente é

tão imprevisível nas suas consequências negativas que esse ato terá uma interpretação altamente positiva na sociedade".

Simon lembrou que senadores como Antonio Carlos Magalhães, Jader Barbalho e Renan Calheiros renunciaram à Presidência do Senado devido a denúncias de irregularidades.

– Durante todas essas crises, nós, senadores, não tivemos a capacidade para fazer as transformações necessárias à vida do Congresso e à vida do Senado. É lixo jogado para baixo do tapete, deixa como está. E as coisas continuaram. Saiu um, entrou outro, e ficou tudo igual. E hoje nós chegamos a este momento – frisou Simon.

Apoio

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), ao apoiar Simon, apontou a "situação de grande desgaste" em que se encontra o Senado. Ele acrescentou que aqueles que pedem o afastamento de Sarney o fazem pelo "conjunto de denúncias" que há contra ele. "Há um

conjunto enorme, não fomos nós que inventamos", assinalou Jarbas.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que continua defendendo o afastamento de Sarney da Presidência até que todas as denúncias sejam investigadas. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ter certeza de que Sarney não completará seu mandato na Presidência da Casa. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o Senado passa por um "momento dramático" e lamentou o fato de o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar estar desacreditado, uma vez que "a opinião pública pensa que o órgão foi constituído para colocar panos quentes sobre as denúncias".

Renato Casagrande (PSB-ES) disse que não há previsão para o fim da crise no Senado, o que, segundo sua avaliação, atrapalha a discussão de temas como a crise econômica mundial e a votação de projetos importantes. Para o senador, apenas a saída de Sarney do cargo não resolveria a crise do Senado, que precisa também de mudanças estruturais e gerenciais, frisou.

Renan vê motivos políticos para crise

EM APARTES AO discurso de Pedro Simon (PMDB-RS), os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Fernando Collor (PTB-AL) defenderam a permanência de José Sarney na Presidência da Casa e contestaram o senador gaúcho. Epitácio Cafeteira (PTB-MA) também apoiaram o presidente do Senado. Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Renato Casagrande (PSB-ES) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) também fizeram apertes ao pronunciamento.

Renan afirmou que Simon estaria perseguindo o presidente do Senado porque, entre outros motivos, queria ter sido o vice de Tancredo Neves no lugar de Sarney, em 1985, o que foi negado pelo senador gaúcho. Renan disse também que Simon, no início do ano, insistiu para que Sarney se candidatasse à Presidência da Casa.

– Vossa Excelência faz isso no particular e vem para a tribuna defender o

que imagina que a sociedade defende – disse Renan.

Pedro Simon questionou Renan, lembrando que o senador alagoano também teve que renunciar à Presidência do Senado.

Fernando Collor se mostrou indignado por Simon referir-se a suposta presença de Renan em reunião que teria definido a sua candidatura à Presidência da República, em 1989.

– As palavras que o senhor acabou de pronunciar são palavras com relação a mim e às minhas relações políticas, são palavras que não aceito. Quero que o senhor as engula agora, as digira e faça delas o uso que vossa excelência julgar conveniente – disse Fernando Collor, dirigindo-se a Simon.

O senador de Alagoas também disse que suas relações políticas e pessoais com Renan são "conhecidas", sempre foram respeitadas e que não se arrepende delas.

– Estou do lado de Renan, ao lado do presidente José Sarney. Esta Casa não pode e não haverá de se agachar

ao interesse da mídia, que deblatera, como o senhor deblatera, como lapatão que é. Peça a vossa excelência que, por gentileza, evite usar o meu nome. Não aceito, com a responsabilidade de ex-presidente da República, que se trate dessa forma um homem que governou o Brasil e que cumpriu a transição democrática com grandeza e maestria – disse.

Collor ainda acrescentou saber que Sarney está passando, por já ter enfrentado situação semelhante, "em muito maior escala", sabendo "como tudo é feito, como tudo é forjado".

Jarbas Vasconcelos considerou pejorativas as palavras de Collor a Simon. Já Cristovam Buarque pediu a Simon que não "engula" nada.

– Sua credibilidade no país é porque vossa excelência diz o que precisa ser dito – disse Cristovam.

Para Epitácio Cafeteira, a crise no Senado "é uma questão política fomentada pela imprensa" contra Sarney. Ele disse ter certeza de que Sarney não vai renunciar ao cargo.

Collor questiona a atuação da imprensa

O SENADOR FERNANDO Collor (PTB-AL) manifestou ao presidente da Casa, José Sarney, solidariedade por já ter sofrido "tudo que ele está passando". Collor também questionou o papel da mídia nas crises vividas pelo presidente Getúlio Vargas – que acabou se suicidando em 1954 – e por ele próprio, que renunciou à Presidência da República em 1992.

– Sei como essas coisas são urdidas, fabricadas, vazadas. Sei como essas coisas correm nos subterrâneos dessa imprensa que deseja que esta Casa se agache a ela, a esses que acham que podem mandar também numa Casa democrática, livre, independente como o Senado da República – disse.

Ainda questionando o papel da imprensa, Collor citou exemplos do que chamou de "mau jornalismo" e "fraude". Conforme o senador, a revista *Veja* teria colhido informações sigilosas a respeito de seu então tesorero de campanha, Paulo Cesar Farias, que legalmente não poderiam ser publicadas. Para que isso ocorresse,

disse, o então deputado José Dirceu (PT-SP) declarou ter recebido os dados anonimamente, para em seguida repassá-los à revista, que então publicou os dados sem cometer crime.

Collor disse ainda que Roberto Pompeu de Toledo, articulista da *Veja*, teria procurado o então ministro do Supremo Tribunal Federal Ilmar Galvão, relator do seu caso naquela corte, e teria oferecido a capa da revista e uma entrevista nas páginas amarelas caso o declarasse culpado. Segundo Collor, o jornalista foi expulso do gabinete do ministro.

– Nem Dirceu nem Roberto Pompeu de Toledo podem desmentir isso – disse, ressaltando saber de outros 25 casos semelhantes.

O senador também classificou o movimento dos "caras-pintadas", que fortaleceu a pressão em favor de seu *impeachment*, como um "movimento estético-cultural" que "foi urdido", exemplo de que "nem sempre as vozes das ruas são as vozes que estão mais abalizadas para emitir uma opinião

isenta". Collor também revelou que o então governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola o teria procurado para recomendar-lhe que resistisse durante o processo de cassação de seu mandato, ao contrário do que fez Getúlio Vargas.

Vice-presidente

Collor também rebateu discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS), dizendo que o parlamentar gaúcho tem repetidamente feito comentários em Plenário que o ofendem.

Instado por alguns senadores para retirar as palavras ofensivas dirigidas a Simon em aparte, Collor disse que mantinha a afirmação. O parlamentar alagoano mandou Simon "engolir suas palavras, digeri-las e depois fazer com elas o que quisesse".

Collor pediu que Simon não cite mais o seu nome e disse estar corrigindo o que chamou de "erro histórico": ele nunca o teria convidado para compor a sua chapa, nas eleições de 1989, como candidato a vice-presidente.



Da tribuna, Simon afirmou que "o Senado está conflagrado" e ouviu de Renan (2ª foto) a defesa da permanência de Sarney, ratificada por Collor (3ª foto), que questionou o papel da mídia no episódio. Cristovam (4ª foto) sugeriu a renúncia para "preservar a biografia" do ex-presidente da República e Wellington Salgado citou medidas adotadas pela Casa em busca da moralização de procedimentos administrativos

Marisa Serrano: crise continuará se Sarney ficar na Presidência

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) traçou ontem um paralelo entre o que está ocorrendo em seu estado e o que se passa no Senado. Ela citou uma reportagem televisiva sobre o desbaratamento de uma rede de prostituição infantil em Mato Grosso do Sul que aliciava adolescentes nas portas das escolas, e afirmou que o Senado também sofre mazelas igualmente inaceitáveis. Marisa observou que a Casa não encontrará uma saída para a crise mantendo o presidente José Sarney como se nada tivesse acontecido.

– Fatos inaceitáveis como esses assolam as pessoas de bem, deixam indignados todos na sociedade, que lutam pela justiça, pela paz e pela decência. Este momento exige um retorno aos valores que sempre foram caros ao povo brasileiro. O povo clama

por isso e nós aqui temos que ouvir a voz daqueles que nos elegeram e que exigem uma mudança de rumo no Senado – assinalou.

Em sua avaliação, o Senado está afundado numa crise ética sem precedentes e sem nenhuma perspectiva de melhora nos próximos meses. Ela defendeu o fim dos costumes condenáveis da política e enfatizou que a imprensa e a sociedade brasileira têm demonstrado que não aceitam mais o fisiologismo, o clientelismo, a corrupção e o tráfico de influência.



Para Marisa Serrano, crise destrói a credibilidade do Senado

mo, o clientelismo, a corrupção e o tráfico de influência.

Marisa Serrano salientou que não é possível paralisar o país, o trabalho dos senadores e o desenvolvimento econômico e social de toda uma nação por uma guerra política que, como todas as guerras, "tem como consequência a destruição e a morte". O efeito, alertou, será a destruição da credibilidade e das instituições. Ela repudiou a deturpação da noção de moral e ética em nome de um projeto político para 2010.

– Temos que reencontrar o rumo deste Senado com um novo condutor, respeitado e aceito pelas forças políticas do Senado. E só vamos superar esse momento se encontrarmos uma pessoa que tenha o respeito de todos nesta Casa e, principalmente, o respeito da nação – concluiu Marisa Serrano.

"Discursos dão sensação de golpe", afirma Papaléo

Ao defender o presidente da Casa, José Sarney, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que o Senado vem sendo "tumultuado por discursos repetitivos que são inaceitáveis".

Segundo Papaléo, há diferença entre pedir a licença ou a renúncia de Sarney – hipótese que ele considera admissível – e a prática sistemática de discursos que "dão a sensação de golpe".

– Sarney foi eleito e tomou posse. Sai da Presidência do Senado se quiser. É uma decisão de foro íntimo – declarou.

Ao criticar os colegas que discursam sistematicamente contra Sarney, Papaléo disse que eles "jogam para a torcida" e que isso é perigoso para o Senado.

– Não se pode deixar esta Casa morrer. Ela é fundamental para o processo democrático. Ela equilibra a democracia. O Legislativo não



Papaléo lamenta "discursos golpistas" contra Sarney

pode ser unicameral – argumentou. De acordo com Papaléo, esses senadores estão entre os responsáveis pela imagem negativa da Casa perante a opinião pública.

Ele afirmou que "há uma hipocrisia entre tais parlamentares, pois se houvesse uma votação secreta [para decidir quanto a uma possível cassação de mandato], Sarney ganharia; se fosse aberta, creio que perderia".

Suplicy quer transparência e apuração de denúncias

Uma ampla investigação de todas as denúncias de irregularidades administrativas e crimes no Senado foi defendida por Eduardo Suplicy (PT-SP). Contudo, ressaltou o senador, esse processo deve se dar com serenidade e conforme "planejamento objetivo".

Suplicy referiu-se de maneira especial a conversas telefônicas divulgadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* as quais, segundo a matéria, tinham como objetivo obter a nomeação, para o Senado, do namorado da neta de Sarney, que acabou sendo nomeado por ato administrativo não publicado.

– Quando o senador Sarney afirmou em Plenário que não tinha qualquer envolvimento com os atos não publicados, pode ter sido caracterizada uma quebra de confiança – disse.

Suplicy disse acreditar que o mais conveniente é que Sarney se apresente, voluntariamente, ao Conselho



Para Suplicy, Sarney deve se apresentar ao Conselho de Ética

de Ética e dê a sua versão dos fatos. E considerou grave a "iniciativa de acionar a Justiça para impor censura prévia a *O Estado de S. Paulo*, com o argumento de que o jornal está noticiando assuntos familiares".

Suplicy ainda requereu voto de congratulações e aplauso para os atletas Cesar Cielo, Felipe França e Poliana Okimoto pela conquista de medalhas no Campeonato Mundial de Esportes Aquáticos, em Roma.

Cristovam pede renúncia de Sarney e Wellington defende o presidente

Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a defender o afastamento do senador José Sarney da Presidência da Casa, segundo explicou, para proteger a figura histórica do ex-presidente da República.

A seu ver, se Sarney tivesse entregue o governo a seu sucessor e se recolhido, como um experiente estadista, ele seria, hoje, uma das pessoas que o país buscava escutar nas horas difíceis. Contudo, ao deixar a condição de ex-presidente pela posição de senador, na opinião de Cristovam, "ele nos liberou para tratá-lo como político".

Segundo o parlamentar, existe uma distinção entre a figura histórica e a figura política, a biografia e a militância. Cristovam fez questão de ressaltar o papel histórico do presidente José Sarney na transição democrática do Brasil. Ele lembrou que Sarney promoveu a regularização de todos os partidos políticos, como nunca se teve antes no país; reatou

relações com todos os países, enfrentando a resistência dos Estados Unidos; e respeitou a autonomia das universidades, nomeando todos os reitores eleitos, inclusive o próprio Cristovam.

– E por isso eu peço a renúncia dele, porque o papel histórico que tem o presidente Sarney não merece passar por isso que vocês estão jogando nele, disse Cristovam – dirigindo-se ao senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

– Na verdade, hoje, eu creio que nós podemos dividir o Senado em dois grupos: aqueles que respeitam a figura histórica do presidente da República e aqueles que se aproveitam do presidente do Senado – afirmou.

Éticas

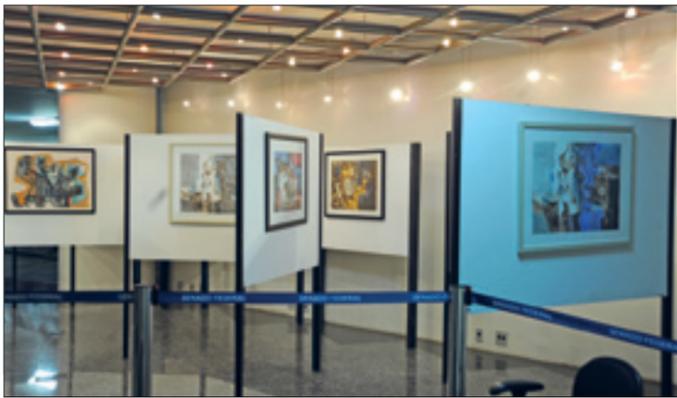
Em resposta a Cristovam Buarque, Wellington Salgado disse que o que existe é uma crise de administração no Senado. A seu ver, isso se deve a uma diferen-

ça entre a ética que vigorava na Casa e a que vigora na sociedade. Segundo Wellington Salgado, a sociedade cobra uma mudança na ética do Senado, o que já vem ocorrendo. Ele citou algumas das medidas já adotadas por José Sarney como exemplos dessas mudanças.

– O presidente Sarney regularizou a questão das passagens, regularizou a questão das horas extras, entre outras. Isso estava sendo conduzido democraticamente, com toda a Mesa tomando as decisões com ele. A ética que a sociedade prega, ela estava sendo transferida para a ética do Senado – argumentou.

O parlamentar afirmou ter lido todos os atos da Comissão Diretora do Senado dos últimos 14 anos e constatado que estão assinados por todos os líderes partidários. Assim, as decisões tomadas pelo presidente foram avalizadas pelos líderes. "E agora, tentam botar na conta do presidente Sarney", assinalou.

Moreira Mariz



Litogravuras do paisagista estão expostas à visitação pública até sexta-feira

Exposição homenageia centenário de Burle Marx

O Senado Federal expõe até a próxima sexta-feira 20 litogravuras do artista plástico e paisagista Roberto Burle Marx, falecido em 1994. As obras fazem parte de um acervo particular emprestado ao Senado.

A exposição é uma iniciativa da Comissão Especial Curadoria de Artes Plásticas da Casa em

homenagem ao centenário de nascimento do artista, celebrado hoje.

Litografia é um processo de reprodução que consiste em imprimir sobre papel, por meio de prensa, um escrito ou desenho executado com tinta graxenta sobre uma superfície calcária ou uma placa metálica.

Arns diz que Mercadante foi fiel às decisões da bancada

Senador afirma que a nota divulgada pelo líder de seu partido defendendo o afastamento de Sarney reflete a posição definida em reunião dos senadores do PT

O SENADOR FLÁVIO Arns (PT-PR) prestou solidariedade ao líder de seu partido, Aloizio Mercadante (SP). Arns afirmou que o líder "foi extremamente fiel àquilo que a bancada decidiu", referindo-se à nota assinada por Mercadante na qual o líder diz que a bancada do partido defende o afastamento do presidente do Senado, José Sarney, do cargo, enquanto se investiga as denúncias formuladas contra ele no Conselho de Ética do Senado.

"Dizer que a nota foi equivocada, que foi inapropriada, que não surgiu na época correta, que é extemporânea, que prejudica é balela, porque o senador Aloizio Mercadante – e quero dizer isso especialmente ao povo de São Paulo, que confiou a ele o mandato de senador – foi justo, correto, fiel e o que ele disse reflete o que a bancada no Senado havia deliberado sobre o assunto", afirmou Arns.

Arns lamentou que o ministro das Relações Institucionais, José Múcio, tenha dito à imprensa que a nota "devia ser iniciativa



Arns: posições dos senadores do PT e de Lula são completamente diferentes

talvez de um ou dois senadores do Partido dos Trabalhadores". De acordo com Arns, o ministro desmentiu a notícia em telefonema a ele e a todos os senadores do PT.

– O que quero afirmar é que a decisão, o posicionamento da bancada não admite qualquer tipo de dúvida. Inclusive, para evitar qualquer tipo de dúvida em relação ao posicionamento, nós deliberamos que a nota seria por escrito, dizendo que estávamos reafirmando a nossa posição que já havíamos mani-

festado – disse Arns.

De acordo com Arns, a posição dos senadores do PT é "completamente diferente da posição do senhor presidente da República". O parlamentar lembrou que, nos últimos dias, os meios de comunicação têm mencionado a mudança de posição do presidente Lula e assinalou que os senadores do partido continuam defendendo o afastamento de Sarney, "para que haja transparência, clareza, investigação, junto com outras medidas necessárias para a construção de um novo Senado".

Opinião pública

Flávio Arns lembrou ter declarado aos meios de comunicação que os senadores do PT repudiavam a posição de José Múcio. Segundo o parlamentar há "uma tentativa, frequente, repetida" de colocar a bancada do PT no Senado em confronto com aquilo que a sociedade pensa sobre esse assunto, "dizendo que é uma bancada que não decide, que é dúbia, que não toma atitudes".

Exploração de jogos de azar pela internet poderá ser crime

Facilitar a exploração de jogos de azar por meio da internet poderá ser considerado crime, de acordo com projeto de lei de Garibaldi Alves (PMDB-RN). A proposta (PLS 255/08) tramita em conjunto com projeto de Magno Malta (PR-ES) que visa proibir empresas de cartão de crédito a autorizar pagamentos relacionados a jogos de azar e pornografia na internet (PLS 121/08).

A proposição de Garibaldi Alves prevê multa e prisão de um a três anos a quem "permitir, assegurar ou facilitar a promoção ou exploração de jogo de azar", tanto pela rede mundial de computadores como por meio de dispositivo de comunicação (computador, telefone celular, televisão, entre outros) ou sistema informatizado. Define também como crime a autorização, por parte das empresas de cartão de crédito, de pagamento de apostas relacionadas a tais jogos. A punição também será aplicada, conforme o projeto, a quem garantir acesso aos jogos em qualquer parte do território nacional.

Na justificativa, Garibaldi explica que a legislação penal precisa ser atualizada, uma vez que não prevê a hipótese de exploração on-line de jogos ilícitos. A Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41), destacou, considera crime a exploração de jogos de



Gerardo Magela

Projeto de Garibaldi também proíbe pagar apostas com cartão de crédito

azar apenas em "lugar público ou acessível ao público, mediante pagamento de entrada ou sem ele".

A proposta de Magno Malta proíbe as empresas de cartões a autorizar operações de crédito ou débito por meio da internet para participação em jogos ilícitos e veda operações para aquisição ou aluguel de filmes, textos, fotografias e outros bens ou serviços oferecidos por sites que disponibilizam material envolvendo a participação de menores de 18 anos.

Os projetos aguardam designação de relator na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Posteriormente, serão examinados pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

Expedito pede que Câmara vote incorporação de servidores de Rondônia pela União



Gerardo Magela

Expedito ameaça fazer manifestação caso proposta não seja votada logo

Expedito Júnior (PR-RO) cobrou da Câmara dos Deputados a votação da Proposta de Emenda à Constituição 483, que trata da incorporação, pelos quadros da União, dos servidores civis do então território federal de Rondônia. A matéria, de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), foi aprovada no Senado sob o número 87/03.

De acordo com a justificativa da proposta, a Emenda Constitucional 38/02 determinou

a incorporação dos policiais militares do extinto território federal aos quadros da União. Deixou de fora, porém, os demais servidores públicos civis que já estavam contratados pelo estado. A senadora pede que a União reconheça "a juridicidade e urgência na igualdade do tratamento dispensado, inclusive a igualdade entre os próprios servidores civis do estado com os policiais militares, bem como dos demais servidores do Ama-

pá e de Roraima", que já foram incorporados aos quadros da União.

Para Expedito, "é uma injustiça" o que estão fazendo com seu estado. Lembrou acordo feito com a bancada de Rondônia segundo o qual a matéria seria votada em agosto. O parlamentar ameaçou fazer "a maior manifestação de Rondônia na Câmara dos Deputados" caso a PEC não seja votada este mês. Segundo ele, 600 servidores se

deslocarão do estado a Brasília, acampando no Congresso até que a matéria seja votada.

Mototaxista

O senador saudou ainda o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela sanção da lei que regulamentou as profissões de mototaxista e motoboy. De acordo com o Expedito Júnior, mais de 2,5 milhões de profissionais viviam na informalidade antes da sanção da lei.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Adelmir Santana

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Paim anuncia pré-candidatura de Tarso Genro ao governo gaúcho

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem em Plenário que o Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul decidiu indicar o ministro da Justiça, Tarso Genro, como pré-candidato ao governo do estado. O partido também decidiu indicar Paim como candidato à reeleição ao Senado e deixar a segunda vaga e o cargo de vice-governador para negociar futuras alianças nas eleições de 2010. As decisões foram tomadas em encontro estadual realizado no último fim de semana.

Paim também confirmou a realização, ontem, de uma rodada de negociação com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, líderes da oposição e do governo para discutir a votação do fim do fator previdenciário e a adoção de



Paulo Paim comunica negociação sobre votação do fim do fator previdenciário

um reajuste real para aposentados e pensionistas. O senador disse que abordou a questão no jantar da bancada com o presidente Lula, que concordou com o fim do fator e uma nova política de reajuste.

– Se não houver acordo, vamos ao voto – afirmou.

Cícero denuncia perseguição política no governo da Paraíba

“A prática da perseguição política, uma das filhas da intolerância, vem marcando o dia a dia do atual governo da Paraíba”, afirmou Cícero Lucena (PSDB-PB).

O senador denunciou a implantação de um suposto clima de “terrorismo psicológico” no estado contra os opositores do atual governador José Maranhão, desde o afastamento de Cássio Cunha Lima e da posse de seu substituto determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

– Hoje, na Paraíba, com uma naturalidade escandalosa, em todos os municípios onde o prefeito não seja aliado político do governador José Maranhão, o padrão é o mesmo. Ambulâncias são retiradas, viaturas são recolhidas, milhares de servido-



Cícero Lucena aponta clima de “terrorismo psicológico” no estado

res são dispensados sem aviso prévio, convênios celebrados são suspensos e desrespeitados – afirmou Cícero Lucena.

Segundo o senador, “todo tipo de manobra possível para dificultar o repasse de recursos é usado pelos agentes do governo”.

Arns lamenta falecimento do primeiro religioso surdo do Brasil

Flávio Arns (PT-PR) apresentou voto de pesar pela morte, em 16 de julho, do primeiro religioso surdo da América Latina e do Brasil, monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier, em Juiz de Fora (MG).

Arns destacou que o monsenhor Vicente realizou uma caminhada precursora e de muita luta para concretizar sua vocação. O senador explicou que o religioso assimilou a capacidade da fala de modo satisfatório, aprendendo a articular-se inclusive em latim, já vislumbrando o

objetivo de atender ao ministério sacerdotal.

Monsenhor Vicente teve a ordenação a padre decidida em Roma quando, em encontro com o papa Pio XII, em 1951, solicitou licença para receber o sacramento da ordem, uma vez que a condição de surdo, à época, constituía-se em impedimento canônico para o sacerdócio.

Arns ressaltou ainda que o monsenhor fundou 18 Pastorais dos Surdos no Brasil e três fora do país.

Sancionada ontem, lei privilegia permanência com família natural, limita a dois anos o tempo em abrigos e prevê que Justiça ouça o adotado sobre o novo lar

Nova Lei Nacional de Adoção amplia direitos da criança

O PRESIDENTE LUIZ Inácio Lula da Silva sancionou ontem a nova Lei Nacional de Adoção, que tem o objetivo de assegurar o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, admitindo-se a adoção apenas quando não for possível manter o menor junto à família natural ou extensa, esta formada por parentes próximos, como avós ou tios. Atualmente, o cadastro nacional de pais candidatos a adotantes conta com 22 mil inscritos, enquanto 2 mil crianças estão em condições de ser adotadas.

O Plenário do Senado aprovou o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 314/04, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), há um mês. O texto final permite que a adoção seja feita por maiores de 18 anos, independentemente do estado civil, mas, em caso de adoção conjunta, exige que os adotantes sejam casados ou mantenham união estável. A adoção por pessoas ou casais residentes fora do país só será admitida se não houver brasileiros habilitados no cadastro nacional de pais adotantes.

Enquanto não se localizar pessoa ou casal interessado em



Projeto de Patrícia Saboya originou as mudanças nas regras para adoção

sua adoção, a criança ou o adolescente afastado do convívio familiar deverá ser colocado sob a guarda de família cadastrada em programa de acolhimento familiar. Esse tipo de iniciativa terá preferência sobre o acolhimento do menor em abrigos e deverá ser estimulado pelo poder público por meio da concessão de assistência judiciária, incentivos fiscais e subsídios às famílias que aderirem ao programa.

Em relação ao encaminhamento de menores aptos à adoção para abrigos, a proposta estabelece a redução do tempo de permanência nessas instituições, que deverá durar, no máximo,

dois anos. Outra novidade é a determinação de que a Justiça ouça a criança adotada após ser entregue aos cuidados de família substituta. Também foi instituída a não punição pela adoção informal, feita sem a intermediação das autoridades. A ideia é regularizar essa situação com o cadastramento e a habilitação dos pais adotantes.

Na perspectiva de preservação da identidade cultural, procurou-se garantir a adoção de crianças indígenas ou oriundas de remanescentes de quilombos por integrantes de suas próprias comunidades.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) procurou aperfeiçoar o substitutivo da Câmara ao PLS 314/04 por meio do incentivo a adoções inter-raciais, de crianças mais velhas ou portadoras de necessidades especiais e problemas de saúde. Na sua avaliação, a nova Lei Nacional de Adoção “desburocratiza o processo, garante proteção integral à criança e ao adolescente e mostra que existem possibilidades de horizontes diferentes de adoção”.

Prioridade na Justiça para idosos e doentes graves

Idosos e portadores de deficiência ou de doenças graves terão prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos, de acordo com lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, originada de projeto de César Borges (PR-BA). Nas palavras do senador, a lei “humaniza o acesso ao direito de Justiça”.

Para obter o benefício, o interessado terá de juntar prova de sua condição ao processo e requerer a prioridade de tramitação ao juiz. Se a solicitação for aceita, os autos receberão identificação especial. É importante ressaltar que essa prioridade não se extinguirá com a eventual morte do beneficiário, estendendo-se em favor de seu cônjuge ou companheiro.

O substitutivo da Câmara ao PLS 145/04 foi aprovado pelo Plenário do Senado em meados de junho e modificou diversos dispositivos do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) e da Lei



Projeto de César Borges, que virou lei, acelera tramitação de processos

9.784/99, que regula o processo administrativo na administração pública federal.

As mudanças feitas no Código de Processo Civil se limitaram a procedimentos judiciais envolvendo idosos ou portadores de doenças graves. Já o acréscimo feito à Lei 9.784/99 assegurou tramitação prioritária a procedimentos administrativos que tenham como parte ou interessado idosos, portadores de deficiência – física ou mental – ou

de doenças graves, como Aids, câncer e esclerose múltipla.

Alguns dispositivos aprovados pelo Senado foram vetados pelo presidente Lula. Foram excluídos, por exemplo, a punição a juiz ou servidor público que descumprisse esse regime de tramitação prioritária e a obrigatoriedade de os ministérios da Saúde e do Trabalho editarem, a cada seis meses, uma lista com as doenças graves que justificariam esse atendimento especial. A elaboração dessa lista havia sido incorporada ao projeto por emenda do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Eduardo Suplicy (PT-SP).

Apesar desses vetos, César Borges sustentou que a nova lei assegura a pessoas idosas e doentes que sejam parte ou tenham interesse em processos judiciais ou administrativos – como revisão de benefício previdenciário ou restituição do Imposto de Renda – solução para suas demandas ainda em vida.

Mesquita enaltece Euclides da Cunha



Mesquita Júnior

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) registrou a realização de sessão especial do Senado Federal em homenagem ao escritor Euclides da Cunha, no próximo dia 18, pela passagem dos cem anos de sua morte. O senador lembrou a importância do escritor para o Acre, onde estudou, no início do século passado, a geografia local.

O parlamentar explicou que Euclides, cumprindo missão determinada pelo Barão do Rio Branco, subiu o rio Purus até sua cabeceira, marcando os limites fronteiriços entre o Brasil e o Peru. O relatório por ele preparado serviu de base para o tratado que definiu a fronteira entre os dois países.

Roberto Cavalcanti homenageia sindicato



Roberto Cavalcanti

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) homenageou o Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (Sinduscon-JP), que comemora em 2009 seus 30 anos de fundação. O parlamentar afirmou que o sindicato “tem se mantido em conexão com outros setores da sociedade, sempre buscando o debate, a opinião mais precisa e acertada e, sobretudo, um futuro melhor para a cidade de João Pessoa, para o estado da Paraíba e o Brasil”.

Roberto Cavalcanti destacou algumas das medidas adotadas para comemorar a fundação da entidade, como a edição de um selo dos Correios alusivo à data.

Gerardo Magalhães



Mão Santa: audiências contribuíram para a retomada da construção

Mão Santa destaca reinício das obras de porto no Piauí

A retomada da construção do porto de Luiz Correia foi comemorada da tribuna pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), lembrando que a obra vem sendo aguardada há mais de um século pelos piauienses. Destacou que, não fosse sua iniciativa, em parceria com Heráclito Fortes (DEM-PI), de promover audiências públicas para discutir o reinício dos trabalhos, a construção continuaria paralisada.

– Minhas emendas de bancada (ao Orçamento da União), nos três últimos anos, foram para a retomada da obra. Primeiro destinei R\$ 3 milhões, depois, R\$ 17 milhões. No ano passado, R\$ 20 milhões – informou

Mão Santa explicou que não concluiu a obra quando governou o Piauí em virtude de o governador anterior, Alberto Silva, ter privatizado o porto para uma empresa cearense. Reconheceu que Alberto Silva agiu de forma bem intencionada, mas o fato é que a empresa não concluiu o porto.



Papaléo diz que loteamentos foram erigidos sem o devido planejamento

Papaléo critica assentamentos do Incra no Amapá

A forma com que os assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foram implantados no interior do Amapá foi criticada por Papaléo Paes (PSDB-AP).

“Os loteamentos foram erigidos em locais servidos por estradas vicinais precárias que prejudicam o escoamento da produção agrícola local. Foram feitos dentro da selva, quando temos áreas no cerrado que poderiam ser aproveitadas sem maltratar a mata virgem”, disse o senador.

Papaléo também manifestou a sua satisfação pelo fato de o jornalista, advogado, psicólogo e sociólogo Carlos Lobato, do Amapá, ter “recebido a justiça”, informando que, por intermédio do Ministério Público, foi comprovada sua inocência de acusação sofrida há cinco anos.

O senador assinalou a importância de se preservar a presunção da inocência.

Segundo Heráclito Fortes, novo ponto de venda vai ampliar a divulgação das obras de interesse econômico, cultural e histórico editadas pelo Conselho Editorial da Casa

Senado inaugura livraria com publicações técnicas

O 1º SECRETÁRIO da Casa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), inaugurou ontem a Livraria do Senado, que funcionará como posto avançado da Secretaria de Edições Técnicas, dando maior visibilidade às produções editoriais da Casa. A livraria está localizada no Anexo II, entre a ala dos gabinetes dos senadores e o fim do corredor conhecido por Túnel do Tempo, que dá acesso ao Plenário.

– A livraria chega com atraso para tornar mais visível o extraordinário trabalho de caráter técnico e literário. O local vai permitir ampliar a divulgação das obras – enfatizou.

Em seguida, Heráclito visitou a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Gráfica do Senado). Ele convidou a imprensa e o público presente para acompanhá-lo e disse que todas as áreas da Casa devem ser de livre acesso do público.

– O Senado é a casa do povo, não havendo sentido na existência de áreas inacessíveis – frisou. Na gráfica, Heráclito percorreu as instalações onde são feitas as edições em braile.



Em visita à Gráfica da Casa, Heráclito conheceu serviço de impressão em braile

Também presente à inauguração, Jefferson Praia (PDT-AM) manifestou interesse pela obra *Conselho aos governantes*, com textos de Maquiavel, Platão, Isócrates e Erasmo de Roterdã, entre outros pensadores.

O diretor-executivo da Gráfica do Senado, Florian Madruga, salientou que as obras publicadas pelo Conselho Editorial são vendidas a preço de custo e o critério para publicação é que sejam de domínio público, tenham interesse econômico, cultural e histórico para o país e para a pesquisa acadêmica.

Florian Madruga explicou que

são editadas tanto obras destinadas a um público específico, como o livro *A Coluna Prestes no Piauí*, quanto títulos de interesse mais geral, a exemplo da Constituição de 1988.

Segundo Ana Maria de Lucena Rodrigues, diretora de Edições Técnicas, a procura pelas obras aumenta em até 50% após as feiras do livro das quais o Senado participa. Entre as obras, ressaltou o terceiro volume de *Direitos do trabalhador*, que será lançado na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em setembro, juntamente com *Mídia das fontes*, do jornalista da TV Senado Francisco Santana.

Adelmir diz que cartões fazem lobby contra MP

Segundo Adelmir Santana (DEM-DF), as administradoras de cartões de crédito estão fazendo forte pressão contra a medida que permite a cobrança de preços diferenciados nas vendas à vista e com cartão.

– Algumas movimentações e declarações feitas à imprensa nos últimos dias têm deixado claro que o lobby dos cartões não pretende facilitar a vida do consumidor – advertiu.

O Projeto de Lei de Conversão 12/09, resultante da Medida Provisória 460/09, foi aprovado pelo Senado no final do semestre passado. Adelmir disse temer que a MP tenha o mesmo destino do PLS 213/07 – que tinha o mesmo objetivo, foi aprovado no Senado “e arquivado na Câmara sem nem passar por vo-



Adelmir: taxas cobradas por empresas de cartões inflacionam os preços

tação”. Para o senador, é preciso regular o mercado de cartões de crédito e débito.

O PLV 12/09 também visa obrigar as empresas de cartões a diminuir as taxas abusivas cobradas dos lojistas, que acabam sendo repassadas para os consumidores.

– Ricos, pobres, usuários de

cartões ou não, todos pagamos preços que trazem, embutidas, as taxas cobradas pelas bandeiras, o que significa que os preços hoje estão inflados pelo conjunto dessas taxas – denunciou.

Para Adelmir, parece estranha a necessidade da aprovação de um projeto para que os lojistas possam dar descontos à vista. Mas ele explicou que o Código de Defesa do Consumidor, “instrumento que surgiu na época da inflação alta”, proíbe a diferenciação.

Conforme o senador, o Banco Central, em conjunto com os Ministérios da Fazenda e da Justiça, divulgou relatório que incorpora, em suas conclusões finais, várias das modificações que estão materializadas em suas propostas sobre o assunto.

Mário Couto cobra aprovação de projetos sobre aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) lembrou ao governo federal o acordo firmado para reiniciar as negociações que visam à aprovação de projetos que beneficiam os aposentados. As matérias já foram aprovadas no Senado e estão em tramitação na Câmara.

Segundo o senador, se hoje as discussões a respeito dos projetos não forem retomadas, mesmo sabendo das dificuldades do Executivo, acerto feito com os deputados será colocado em prática e as matérias entrarão em pauta na Câmara.

– E eu não tenho dúvida, os projetos serão aprovados e o veto [ao parágrafo que havia sido inserido na MP 288/06 para

estender aos aposentados e pensionistas o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo em 2006] derrubado.

Pelo menos três proposições tratam do assunto: o PLS 296/03, que prevê o fim do fator previdenciário; uma emenda ao PLC 42/07, que garante o mesmo percentual de reajuste do mínimo para pensões e aposentadorias; e o PLS 58/03, que propõe a atualização das aposentadorias de acordo com o número de salários mínimos equivalentes à época da concessão do benefício.

Seguro-defeso

Mário Couto também afirmou que uma “máfia” vem impe-



Mário Couto pede ao ministro da Pesca solução contra desvio no seguro-defeso

dindo a correta destinação do seguro-defeso, benefício pago aos pescadores na época da reprodução dos peixes. De acordo com o senador, pessoas que não vivem da pesca têm recebido o benefício. Ele afirmou que tem sido ameaçado de morte por tocar no assunto. E disse esperar que o ministro da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, possa resolver o problema.

Collor enaltece a nova encíclica do papa Bento XVI

Fernando Collor (PTB-AL) aplaudiu a terceira encíclica lançada recentemente pelo papa Bento XVI, intitulada *Caritas in veritate* (*O amor na verdade*), na qual prega o desenvolvimento integral, tendo como objetivo o homem.

O senador observou que, segundo o papa, as instituições sozinhas não bastam, havendo necessidade de valores centrados na dignidade da pessoa humana, na ética, na fraternidade. Sem isso, continuou, há o desenvolvimento que beneficia materialmente a poucos e, no final, acaba por justificar a exploração do homem pelo homem.

– O pontífice introduz o tema da humanização da economia, dos mercados, dos fluxos de capitais, da atividade empresarial e dos macroprojetos econômicos dos estados nacionais. O papa chama atenção para o fato de que o exclusivo objetivo do proveito, do lucro, sem ter em mente o bem comum como fim último, ameaça destruir riquezas e criar pobreza. O homem, e não o lucro, tem que ser a prioridade; o homem, e não o mercado, tem que ser a finalidade – disse.

Assinalando que o papa não se opõe à globalização e nem à economia de mercado, lembrou que ele lamenta a competição desenfreada ter levado à supressão de direitos dos trabalhadores e ao desmantelamento do estado de bem-estar social.

Arthur Virgílio: pesar pela morte de Mestrinho

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-governador do Amazonas e ex-senador Gilberto Mestrinho, ocorrido em 19 de julho, em Manaus. Também solicitou a realização de sessão especial de homenagem.

– Político atuante, Gilberto Mestrinho ficou conhecido pela sua humildade, ele que sempre esteve no coração do povo amazonense. Essa sua aproximação com a população do estado transformou-o numa das mais expressivas figuras da política nacional – observou o parlamentar.

Arthur Virgílio salientou que Gilberto Mestrinho esteve distante do Amazonas por 20 anos, devido à ditadura militar, sendo anistiado em 1982 e eleito governador do estado para o mandato de 1983 a 1987. Foi ainda senador entre 1999 e 2007.

– Após sua passagem pelo Senado, afastou-se da política, apenas em militância, pois jamais deixou de ser lembrado, principalmente em momentos em que se pediam opiniões acerca dos rumos da política nacional – afirmou.

Na presidência da sessão, Mão Santa (PMDB-PI) associou-se à homenagem de Arthur Virgílio, bem como o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).